

Anticlericalismo, ciência e religião impressos na crônica de um anarquista: Neno Vasco dialogando com Afonso Costa em dois tempos

Thiago Lemos Silva*

Cai em Lisboa em plena efervescência provocada pela lei da “separação do Estado das Igrejas”, de 20 de abril. [...] Nesse delicioso mês de maio, gentil e florido, - e quantas flores! – céu azul, campos verdes, corações alegres, por aqui nada ferve, salvo talvez os boatos de conspiração resultantes da referida lei (VASCO, 1913, p.22).

Após um interregno de dez anos vivendo no Brasil¹, Neno Vasco² retornou para Portugal. Coincidente, o anarquista aportava em terras natais em plena primavera lisboeta, com “muitas flores”, “campos verdes” e “céu azul”. Segundo o cronista, naquele delicioso “mês de maio” nada parecia fervilhar, talvez com exceção dos debates suscitados pela lei decretada em 20 de abril de 1911 pelo recém criado governo republicano, que segundo seu autor, o ministro da justiça Afonso Costa, intentava separar definitivamente Estado e Igreja.

Com o intuito de problematizar alguns fragmentos da biografia de Neno Vasco, perscruto neste trabalho suas crônicas que foram originalmente publicadas na imprensa anarquista e operária do Brasil e de Portugal, no período 1911-1912, e que posteriormente foram republicadas no livro *Da Porta da Europa* no ano de 1913³.

*Mestre em História pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia); professor na rede pública e particular de educação básica de Patos de Minas (Minas Gerais) e membro do Coletivo Mundo Ácrata. Contato: thiagobakunin@yahoo.com.br.

¹ No início de 1911, quando Neno Vasco decide deixar o Brasil e retornar para Portugal, já era um militante bastante conhecido dentro e fora dos círculos de militância anarquista e operária, já havia se casado com Mercedes Moscoso, era pai de três filhos: Ciro, Fantina, Ondina, e possuía emprego fixo como tradutor de línguas em casas comerciais de São Paulo. Neno sentia-se, contudo, estranho a um meio que inicialmente o acolheu e depois parecia rejeitá-lo. Talvez tenha sido a forte xenofobia contra os imigrantes de origem lusitana em terras brasileiras, algo bastante forte na época, que tenha deixado o anarquista tão insulado a ponto de tornar a sua permanência neste país algo intelectual e moralmente inaceitável. Isso por um lado...Por outro lado... Neno acreditava que o seu retorno a Portugal poderia facilitar o contato com outras figuras anarquistas do continente europeu e que, assim, poderia contribuir de forma mais dinâmica e eficaz com ação e propaganda a nível internacional. Neno sentia que com a queda da Monarquia e instalação da República, não deveria adiar a sua volta e, com isso, prorrogar ainda mais um projeto que o perseguia já há um bom tempo.

² Neno Vasco, na realidade pseudônimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos, nasceu em Penafiel, norte de Portugal, em 09 de maio de 1878 e faleceu em 15 de setembro de 1920 em São Romão do Coronado perto do Porto. Neno Vasco passou a utilizar esse pseudônimo somente após o seu ingresso no movimento anarquista e operário em Portugal, por volta de 1900. Antes, atendia pelo seu nome de batismo. Para saber mais sobre a biografia de Neno Vasco ver: SAMIS (2009) e SILVA (2012).

³ As crônicas publicadas no livro *Da Porta da Europa* em 1913 recobrem o período que vai de 1911 a 1912. Trata-se de uma seleção que se concentrou nos principais órgãos da imprensa anarquista e operária

Embora essa escrita fosse prioritariamente uma narrativa, utilizada para informar e debater com os leitores brasileiros e portugueses a respeito da luta cotidiana levada a cabo pelo movimento anarquista e operário em diferentes países da Europa⁴, ela também possibilitou ao nosso biografado uma forma de escrita de si, ou seja, um tipo de escrita que toma a subjetividade:

[...] como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu autoral” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” [...], que se exprime pela primeira pessoa do singular [...] do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz [...] de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua verdade, sua legitimidade como “prova”. Assim, a autenticidade da escrita de si torna-se inseparável de sua sinceridade (CASTRO, 2004, p. 14-15).

Isso permitiu, por sua vez, a este biógrafo encontrar uma chave para abrir não apenas a porta da história do movimento anarquista e operário no continente europeu, mas também e, sobretudo, a porta da sua história de vida. A partir de sua escrita cronística pretendo interrogar, ou melhor, surpreender Neno Vasco no seu “fazer-se subjetivo” em dois tempos diferentes de sua trajetória junto ao anticlericalismo português. Para tanto, trago à tona seu diálogo com e contra o republicano Afonso Costa acerca das temáticas ciência e religião. Diálogo este que teve um papel não negligenciável para a compreensão de suas tomadas de posição dissonantes sobre as relações tecidas entre Estado e Igreja, antes e depois da instauração da República.

do Brasil e de Portugal, pelos quais circulou boa parte da produção literária de Neno Vasco no período posterior a sua travessia para o outro lado do Atlântico. O roteiro inicial do livro começa com o jornal *Lanterna* (1911-1916), de São Paulo. Do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, temos as crônicas publicadas respectivamente nos jornais *A Guerra Social* (1911-1912) e *O Diário* (1909-1912). As crônicas publicadas nas revistas *A Aurora* (1910-1920), do Porto, e *A Sementeira* (1908-1913) de Lisboa fecham esse roteiro.

⁴ Mesmo depois de ter retornado a Portugal, Neno continuou a participar da imprensa anarquista e a interagir com o movimento operário brasileiro. “Assim como se fala, escreveu Neno Vasco, de aproximações comerciais e políticas, de missões diplomáticas e intelectuais, assim, nós devemos encarar e realizar uma união - não na forma, muitas vezes vazia, mas no que constitui a essência, a carne, o sangue, dessa aliança - a incessante troca de recursos de toda espécie. Nessa permuta de ideias, de correspondências, de publicações, de contribuições pecuniárias - e sobretudo de homens, para o conhecimento direto e pessoal dos ambientes e indivíduos - muito terão a ganhar o movimento anarquista de Portugal e o do Brasil” (VASCO, 1911, p.2). Partindo de tal premissa, ele atuou como uma espécie de “diplomata” entre os companheiros situados do lado de cá e do lado de lá do Atlântico. Através de uma atividade jornalística constante e diversificada em periódicos brasileiros e portugueses, Neno Vasco colaborou para a construção de um *lôcus* de intensos debates envolvendo diferentes estratégias de combate ao capitalismo nos meios anarquistas e operários dos respectivos países, materializando, por assim dizer, uma união inter-nacional entre Brasil e Portugal.

Antes da República...

Embora Neno Vasco não o mencione na crônica que escrevera em 01 de maio do ano corrente, o assunto em questão já “fervilhava” em Portugal desde há muito tempo. Ainda em 1820, com a instalação da Monarquia Constitucional, e, posteriormente com a vitória dos liberais no parlamento em 1834, já eram exigidas pelos políticos reformas no clero, sobretudo no que concerne ao fim das ordens religiosas. Se recuarmos ainda mais no tempo, encontraremos as leis decretadas pelo “déspota esclarecido” Marquês de Pombal em 1775 que previam a expulsão dos jesuítas do território português.

Entretanto, é somente a partir da década de 1860 e 1870 que o laicismo começa a tocar setores mais amplos da sociedade lusitana. Através da realização e difusão de conferências, livros, opúsculos e artigos em jornais, grupos dos mais variados matizes e matrizes, fossem eles republicanos, socialistas e anarquistas uniam suas forças para lutar contra um adversário que possuíam em comum: a Igreja Católica.

Foi neste ambiente que Neno teve seus primeiros contatos com o anarquismo, ainda estudante de Direito. A Universidade de Coimbra, em que pese as várias e diferentes reformas realizadas no ensino superior para “modernizá-lo” e “atualizá-lo” em relação aos demais países europeus, ainda demonstrava possuir fortes traços da herança educacional deixada pelos métodos pedagógicos jesuítas. Anos depois, ele faria alusão em uma de suas crônicas aos efeitos perversos e insidiosos dessa cartilha educacional no curso de direito:

Entregue um dia aos jesuítas, ali deixaram a marca indelével do dogma, mataram a originalidade e o espírito de iniciativa. Sobretudo a faculdade de direito tem exercido uma ação atrofiante sobre a mentalidade portuguesa, perdeu todo o seu crédito e todo o seu prestígio [...]. A Universidade, especialmente a faculdade de Direito, vive em Coimbra num insulamento egoísta e ignaro, refratária ao moderno espírito, incapaz de acompanhar os progressos científicos dos últimos tempos, teatro de contínuas e ásperas lutas entre as gerações novas e os atavismos medievais (VASCO, 1913, p.68).

De um lado, se essa esterilidade pedagógica acabava gerando resultados que estavam longe de evidenciar a criatividade de Neno, de outro, ela acabou se convertendo em um estímulo para que ele procurasse outras fontes de interesse. Foi assim que nosso biografado começava a perceber que para combater tal prática seria necessário formular uma crítica de maior amplitude, que integrasse, mas, ao mesmo

tempo, transcendesse a universidade, colocando em questão as próprias estruturas sociais que a geraram. Destarte, a realidade ia gradualmente operando o processo de transformação da sua subjetividade, momento em que nosso biografado iniciará sua conversão, ou melhor, conversação com o anarquismo.

Logo, o jovem egresso da “rural” Penafiel começará a respirar ares mais liberais, ainda que com que ecos um pouco longínquos, ao entrar em contato com a “urbana” Coimbra, onde os anarquistas começavam a se engajar na luta contra a Monarquia. Através do diário republicano *O Mundo*⁵, os anarquistas coimbrãos e de outras partes do território lusitano, demonstravam seu apoio, ainda que tácito, à República.

Nessa época ele se aproximou, por volta de 1900, de um grupo cujos esforços se concentravam na crítica do regime monárquico. Esses anarquistas, que ficariam conhecidos pelo epíteto de “intervencionistas”, entendiam que a República era um regime mais “avançado” do que Monarquia, e, por esse motivo, deveriam se aliar a republicanos, socialistas e outros setores radicais com o objetivo de destruir o regime dinástico.

Entre essas forças políticas, oriundas de horizontes ideológicos diversos, a “crença na razão” aliada à “crítica da fé” dava o tom entre esses jovens radicais. Nesse sentido, o anticlericalismo não encontrava maiores dificuldades em encontrar adeptos para a sua causa. De acordo com Alexandre Samis, os últimos anos de Neno Vasco na Faculdade de Direito foram sacudidos por agitações dessa natureza:

Ainda em 1900 [...] organizou-se em Lisboa um Congresso Anticlerical, o qual vinha antecedido das manifestações de 1899, em favor de Marquês de Pombal, que provocaram imensos distúrbios em Lisboa. A partir do grupo animador deste evento virá a se formar a Comissão de Resistência Antijesuítica, da qual fizeram parte Afonso Costa, Heliodoro Salgado e Ernesto da Silva, além de elementos autonomamente vinculados, oriundos da maçonaria. Na mesma época, e organizada por estes anticlericais, deu-se a recepção no Grêmio Lusitano ao presidente do Brasil Campos Sales [...] As investidas de

⁵ O fato de Neno ter debutado na imprensa neste periódico, não constitui, portanto, mera casualidade. Em 10 de março de 1900, *O Mundo* publicava uma crônica de sua autoria, em que (o há pouco) Neno Vasco comentava o repercutido crime praticado por Joaquina Rosa. Aguilhoada pela miséria, Joaquina Rosa havia tentado assassinar os seus filhos, e, em decorrência disso, foi julgada e condenada pelo tribunal. Na ocasião, nosso biografado sustentou uma viva polêmica com o médico Máximo Brou, o qual havia saído peremptoriamente no ataque de Joaquina, argumentando que a maternidade possuía um valor absoluto e que, portanto, a mãe que o praticou era uma degenerada. Assumindo uma posição diametralmente oposta a de Brou, Neno Vasco leva em conta tanto a questão social, uma vez que a miséria teria constituído um fator não negligenciável para que ela tivesse assassinado seus próprios filhos, quanto a questão de gênero, uma vez que maternidade obrigatória, retirava da mulher a autonomia de escolher se quer ou não ter filhos. Um lar “vazio de pão” e “cheio de filhos” constituíam para nosso biografado, diferentemente de seu interlocutor, fatores não desprezíveis caso quisesse-se elucidar o caso Joaquina.

socialistas, republicanos e anarquistas no campo editorial, nas organizações de Ligas e nos chamados círculos civis, foram logo combatidas com uma articulação envolvendo medidas policiais e administrativas (SAMIS, 2009, p.85).

No entanto, esta luta possuía objetivos que incluíam, mas, ao mesmo tempo ultrapassavam a destruição da referida instituição. Para além do ataque à Igreja, em virtude do longo tempo em que esta esteve atrelada à Monarquia, Neno Vasco e os demais militantes radicalizavam sua crítica, questionando as próprias bases da religião católica. Acreditavam que a Igreja, uma vez apartada do Estado, perderia a sua influência junto às classes proletárias, que então teriam condições de (re) construir a sociedade portuguesa, baseada não na fé, mas na razão.

Aqui há uma clara inflexão na luta contra a Igreja em Portugal, pois não se tratava apenas de separar Igreja e Estado, mas sim de destruir a própria religião católica, já que esta se fundamentava em uma visão de mundo tida como “irracional” e “supersticiosa”, incompatível com o espírito das luzes introduzido pela *episteme* moderna. As fontes que inspiraram, desse modo, estes militantes anticlericais não podia ser mais o antijesuitismo pombalino ou o anticongreganismo liberal. Mas, o racionalismo cientificista. Sem sombra de dúvidas, este último elemento que possibilitou com que militantes tão diferentes entre si como Neno Vasco e Afonso Costa pudessem encontrar um consenso mínimo no processo de formulação e encaminhamento das principais estratégias de ataque contra à Igreja Católica na virada dos oitocentos para os novecentos. Segundo Fernando Catroga:

A questão religiosa constitui um dos pontos nodais em que mais acentuadamente se concentraram as contradições que estiveram na gênese da sociedade portuguesa que emergiu da paulatina desconstrução do Antigo Regime. Mas, se quisermos perceber o modo como militantismo anticlerical a equacionou, teremos de qualificá-la como sendo filha de um ecletismo anti-religioso, pois pensamos que o enquadramento cientista que a fundamentou lhe conferiu um indiscutível unidade, ainda que compatível com uma grande diversidade de expressões (CATROGA,1988,p.211).

A escrita de si de Neno Vasco não está, de forma alguma, descolada e/ou deslocada de uma “escrita do outro”, como se, depois de abrir a porta da sua história de vida, nos deparássemos com um Neno Vasco habitando solitariamente um espaço vazio. Uma vez que entendemos o diálogo com o outro como constitutivo do eu, a escrita cronística do nosso biografado não poderia ser problematizada sem levar em conta o

debate travado com Afonso Costa. Nesse sentido, procuro entender o processo de construção da sua subjetividade numa rede social de respostas em face das questões colocadas pelo outro; como sugere oportunamente Leonor Arfuch remetendo às conceitualizações de Mikhail Bakhtin sobre o caráter eminentemente social da linguagem:

[...] a concepção bakhtiniana da linguagem e da comunicação, sua elaborada percepção do dialogismo como momento constitutivo do sujeito, que permite que nos situemos diante dessa materialidade discursiva, da palavra do outro, numa posição de escuta compreensiva e aberta a pluralidade. Pluralidade de línguas – heteroglosia –, dialetos, gírias, registros, que, longe de construir compartimentos estanques, se cruzam, criando na sua diferença, um sincretismo das culturas. Pluralidade de vozes – polifonia – que marcam os cruzamentos, as heranças, os valores erigidos pela história que não deixa de falar sua própria voz, mostrando o caráter material da vivência, da necessária inscrição da linguagem no seu registro social (ARFUCH, 2010, p.259).

Do diálogo tecido com o republicano neste momento, Neno Vasco reteve a ideia de que os anarquistas deveriam apoiar a luta dos republicanos contra a Monarquia. Uma vez apartado do Estado, ele acreditava que o clero romano em Portugal ver-se-ia progressivamente isolado e marginalizado do cenário político, o que, por sua vez, potencializaria a luta a favor de uma sociedade cujo cimento fosse a razão. No entanto, sua concepção de que o Estado deveria ser taticamente adotado para destruir a Igreja Católica, e com isso banir a religião, permaneceu a mesma ou ela teria se alterado após a instalação da República?

... Depois da República

Logo que Afonso Costa assumiu o Ministério da Justiça no governo republicano, ele lançou as bases para o processo de laicização da sociedade portuguesa por meio da lei de separação entre Estado e Igreja. Esta lei previa a expulsão dos jesuítas do país, fechamento das ordens religiosas, abolição do ensino religioso nas escolas, transformação do casamento em contrato civil, proibição da presença das forças armadas em cerimônias religiosas, a regulamentação dos cultos, entre outros.

Cronicando as primeiras impressões que teve para os seus leitores quando dos impactos iniciais de tal lei, dez anos portanto do seu engajamento inicial com anticlericalismo lusitano, Neno Vasco se colocou da seguinte maneira:

Os leitores já estarão informados que esta separação não é bem uma separação pura e simples... Ao que parece, o pensamento do ministro foi separar o Estado das Igrejas, mas não... Vice-versa... Não sei se me percebem... Até aqui, o Estado e a Igreja marchavam emparelhados: agora as Igrejas são a matilha e o Estado o caçador, a segurar as correntes... Em paga o caçador dá os párcos já atrelados, a títulos de direitos adquiridos, a razão conveniente, para o que duplica a verba orçamental destinada a tal fim; e se o referido animal salvo os atributos divinos – recusa o prato de lentilhas estendido, com um para quem não quer mais há - mas largar a corrente é que não. Assim o faz saber a imprensa oficiosa (VASCO, 1913, p.23).

Valendo-se da figura do caçador e da matilha, Neno Vasco consegue encontrar uma metáfora que cabe como uma luva para interrogarmos a relação tecida entre Estado e Igreja, após a lei de separação, a qual teve efeitos os mais diversos, dependentes do modo de como esse jogo foi jogado entre os seus principais personagens. Vamos a eles!

Primeira efeito: como o caçador (o Estado) havia proibido qualquer tipo de contribuição para as despesas da matilha (a Igreja), acreditou-se que era conveniente pagar aos padres uma razão (pensão) a fim de que pudessem sobreviver. Surpreendido com tal medida, o cronista levanta a seguinte questão para o seu leitor: como o governo, que se dizia, anticlerical poderia pagar uma pensão para os clericais? Se levarmos a sério a questão colocada por Neno, estaríamos realmente diante de um paradoxo.O ataque à Igreja sempre foi o carro chefe dos republicanos durante a sua longa luta contra a Monarquia, por causa da íntima relação tecida entre ambas instituições. No entanto, após chegarem ao poder do Estado, eles fazem uma concessão a Igreja, pagando-lhes uma pensão. De onde, contudo, viria este paradoxo? Segundo o cronista, é no interior das relações de força entre Estado e Igreja que este paradoxo pode ser elucidado. Em sua avaliação, sempre que surge a possibilidade da extinção de um privilégio, logo em seguida, surgem os chamados “direitos adquiridos” para neutralizar os efeitos das mudanças em curso e a imporem compensações equivalentes:

E é natural, escreveu Neno Vasco, que isso ocorra, pois a mudança de governo e de pessoal governante, pouco sensível em geral, com as adesões e as rotinas de processos, não altera o regime econômico e político da sociedade, nem o valor e a situação das forças que a dominam. Conservam-se as mesmas influências financeiras e econômicas e até as mesmas influências políticas, vestidinhas de novo com a roupagem da mais sincera adesão. E um governo qualquer não tem como outro remédio senão obedecer-lhes. Não se trata de saber como e porque os direitos foram adquiridos; respeitam-se as forças e

as influências, acalmam-se resistências, arranjam-se amizades e apoios. Questão de força, não de direito (VASCO, 1913, p.52).

Conquanto Neno reconhecesse que o objeto visado pelos anticlericais fosse circunscrever e controlar o raio de ação da Igreja Católica, ele ponderava que uma medida de tal natureza, longe de aproximá-los deste objetivo, os afastava cada vez mais. Sob este aspecto é sugestivo, porém não conclusivo, que, já com pouco tempo de existência a tal lei já contasse com o apoio dos próprios padres, que se integravam ao novo regime e se congratulavam com Afonso Costa. É o que se pôde evidenciar, aliás, através da postura tomada pelo prior José Maria Ançã, que dizia preferir pensão dada pelo Estado às esmolas dos fiéis. Tal constatação vinha ao encontro do que ele pensava: de que os padres tirariam proveito da própria lei, se desvencilhando dos obstáculos colocados e neutralizando seus efeitos negativos. Não por acaso, ele temia que o ofício sacerdotal pudesse tornar-se emprego público em Portugal.

Para ele somente uma revolução que expropriasse completa e definitivamente a Igreja Católica, retirando-lhe, desse modo, o esteio econômico que garantia o seu estatuto enquanto instituição dominante, é que seria possível começar a combater o papel nefasto da religião junto às classes proletárias portuguesas. Caso contrário,

[...] a Igreja poderia contar com largos dias de vida, com suficiente força e influência para ir reconquistando as boas graças da autoridade e o esquecimento de certas asperezas legais, e em todo caso, meios de ir vivendo, com certa comodidade, da generosa boa fé de muitos pobres (Idem,p. 224).

A crença do ministro Afonso Costa de que uma aplicação “pura e simples” da lei de separação levaria ao desaparecimento, não só da Igreja, mas, também e, sobretudo, da própria religião no interregno de “duas gerações” era tomada pelo nosso biografado, como “uma pueril ilusão” (Idem,p.223).

Segundo efeito: como nem todos os lobos que compunham a matilha (Igreja) aceitaram a ração (pensão) ofertada pelo caçador (Estado), isso não significou que este último tenha abrido mão da corrente que segurava a presa. Disso testemunha a contínua e intermitente repressão desencadeada por Afonso Costa contra os padres que recusavam-se a aceitar as novas regras a partir das quais o jogo entre Igreja e Estado seria jogado.

Uma parcela significativa do clero lusitano não aceitava a “intromissão” do Estado no que concerne a administração da Igreja, já que, através dos decretos previstos

na lei de separação, o Estado passava a ter o direito de fiscalizar suas finanças. Por meio dos referidos decretos, as únicas fontes de renda permitidas à Igreja passavam a ser os peditórios durante as missas, a locação do seu mobiliário e os serviços religiosos prestados à comunidade, de acordo com valores previamente fixados pelo Ministério da Justiça.

Com a ironia que lhe era peculiar, o cronista não vê justificativa alguma para a revolta dos prelados, haja vista que:

[...] a lei do culto é integralmente respeitada e garantida. É verdade que o Estado reserva para si precavidamente uma fiscalização do culto [...] mas a história da Igreja justifica tal precaução: é forçoso mantê-la em seus limites espirituais. É certo que a lei regula a formação das cultuais e o seu funcionamento, mas, trata-se de matéria puramente administrativa, uma garantia para os crentes, que devia agradar a própria Igreja, porque a iliba de responsabilidades e de suspeitas e a deixa toda entregue ao puro exercício do seu apostolado... Tem de abandonar aos necessitados um terço dos seus proventos? Mas não é essa a mais lidima prescrição de Cristo? Não é a caridade um dos melhores ensinamentos cristãos? (VASCO, 1913, p.122-123).

Nuançando por alguns instantes seu anticlericalismo, nosso biografado até chega a aceitar a razoabilidade das objeções da Igreja acerca do aspecto autoritário da lei de separação. Afinal de contas, findada a Monarquia e instaurada a República, o mínimo que se poderia esperar era que o novo regime adotasse procedimentos diametralmente opostos se comparados com os do antigo. Entretanto essa razoabilidade teria pouca, ou até mesmo nenhuma, legitimidade em virtude de seu histórico político comprometedor. Se assim não fosse a situação da Igreja seria outra, a suposta privação de liberdade que ela estaria sofrendo haveria de suscitar “simpatias universais e levantariam cóleras irreprimíveis”. Por causa do seu passado, ele inferia que a liberdade na boca dos clérigos não passava de uma grande contradição, que provocava apenas “gestos de indiferença, sorrisos de mofa ou contrações de humor” (Idem, p.30).

Pelos motivos acima citados, ele preocupa-se menos com a falta de liberdade da Igreja do que os decretos autoritários do Estado. A autoridade do Estado lhe soava tão repugnante quanto a autoridade da Igreja, não lhe reconhecendo enquanto instituição capaz e, muito menos, competente para intervir em qualquer assunto, fosse ele religioso ou não. Imaginemos, escreveu ele modo interrogativo:

[...] as associações científicas, educativas, artísticas, técnicas, operárias, filosóficas, partidárias – livre-pensadoras, socialistas, anarquistas – fiscalizadas, administradas, regidas pelo Estado, com os seus rendimentos rigorosamente delimitados e restringidos, sujeitos a uma contribuição forçada para um fim que elas podem até considerar vão, hipócrita ou falso, privadas dos seus edifícios. Intolerável abuso não é verdade? (VASCO, 1913, p.124).

Se a atitude da Igreja era preocupante, a atitude deste último não era menos preocupante em sua opinião, pois a intervenção preconizada por Afonso Costa na Igreja poderia, posteriormente, ocasionar sua intervenção em instituições situadas para além do âmbito religioso, incluindo também o artístico, o científico, o filosófico, o educacional e , principalmente, o político

A necessidade do cronista em sublinhar tal fato não era, de maneira alguma, fortuita. A par do projeto de separar a Igreja do Estado, com o fito de enfraquecer sua influência junto às camadas populares, impôs-se progressivamente a tentativa de substituir a fé pela razão enquanto único paradigma explicativo da realidade. Entretanto os símbolos que personificavam essa mudança não romperam com o caráter dogmático que modulava a mentalidade que informava o *acien regime*.

Com extrema perspicácia, Neno Vasco irá desmascarar a dimensão absolutista das posições políticas assumidas por Afonso Costa, que se encontrava até então cuidadosamente ocultada sob o invólucro do livre pensamento. As reações de intolerância por parte da República portuguesa no que concernem as forças ideológicas que lhes eram contrárias são elucidadoras em vários aspectos.

Uma destas reações chamou a atenção do nosso biografado, seja por sua natureza, seja pelos rumos que ela tomou. Trata-se da prisão de algumas individualidades que se recusavam a tirar o chapéu, como sinal de respeito, durante a realização de solenidades públicas em que o novo hino nacional era executado. O governo buscava legitimar tal medida inferindo que a atitude em questão era uma falta de respeito diante da bandeira que simbolizava a pátria e uma irreparável ofensa às liberdades públicas. O fato dos argumentos utilizados pela República com o objetivo de justificar a repressão serem os mesmos utilizados outrora pela Igreja Católica na sua perseguição aos anticlericais quando da Monarquia é de uma ironia suplementar; a qual Neno Vasco não se furta em lembrar ao ministro da justiça:

Está na memória de todos o ato do Doutor Alexandre Braga, que se conservou coberto à passagem de um qualquer símbolo religioso e sofreu por isso os dissabores. Pois bem: os republicanos defendem agora a mesma intolerância, com os mesmos sofismas e ainda maior número de sopapos. [...] dizem eles que os símbolos da República triunfante o são igualmente da “Pátria”, e ao menos como tais deveriam ser respeitados por todos. Mas, esquecem-se de que os símbolos oficiais da “Pátria” (isto é, do Estado) eram também os da Monarquia (VASCO, 1913, p.261-262).

Isso levava o cronista a conclusão, a primeira vista paradoxal, de que estes anticlericais não se diferenciavam dos clericais na medida em que apenas teriam trocado “o culto de Jesus Cristo e da cruz pelo culto da Pátria e da bandeira” (Idem,p.258), ou seja, apenas teriam outorgado à ciência o lugar anteriormente ocupado pela fé, pois ainda apresentavam resquícios de uma mentalidade que teoricamente diziam combater, porém na prática a reproduziam de modo totalmente contraditório. Assim como os primeiros, os últimos possuíam uma concepção de liberdade, em que as pessoas eram livres apenas para pensar como eles. Para o reforço da sua hipótese argumentava que:

[...] Não o prova a irreflexão com que alguns justificam os seus atos com os atos dos análogos da Monarquia? Quando, por exemplo, algum preso político, talvez inocente, se queixa de certos rigores carcerários, respondem-lhe: “o mesmo fez a realeza”? [...] Que diferença há, pois, sob tal ponto de vista, entre os dois regimes [...] Torquemada não raciocinava de outro modo: julgando-se muito sinceramente senhor da Verdade, admitia a liberdade de a dizer, mas nunca a liberdade do erro – que ele próprio definia. Todos os que sujeitam a restrições o conceito e a prática de liberdade de pensamento procedem como ele [...] Vos sois livre de manifestar a verdade. Qual verdade? A nossa, naturalmente, à que nós definimos, a oficial a de quem possui o poder (Idem,p.162).

Uma vez que lutavam contra “o obscurantismo religioso” e a favor do “esclarecimento racional”, o cronista acreditava que a tolerância deveria ser a pedra de toque identitária do anticlericalismo. Etribado no ceticismo sorridente do “fino e amável rabelesiano” Anatole France, o anarquista situava a tolerância entre a dúvida e a ação. Em um mundo onde a única verdade absoluta é a de que a verdade absoluta não existe, a dúvida seria a virtude mais condizente com condição do homem. Dessa dúvida, nasceria a ação que viria confirmar ou negar as hipóteses levantadas. A tolerância, por sua vez, seria o laço que uniria a virtude salutar da dúvida, com a suprema necessidade

da ação, segundo as normas da convicção previamente formada, porém, gradualmente modificada pela experiência. Nas palavras do próprio Neno seria preciso:

[...] ter a tolerância que deriva da dúvida e ter a ousadia das grandes empresas, a coragem de experimentar hipóteses no laboratório da vida, essa ousadia, essa coragem que a necessidade de agir nos impõe (VASCO, 1913, p.164).

“Mais que tolerância” os anticlericais deveriam para o cronista “ter benevolência” caso almejassem ver seus ideais largamente difundidos entre a população. Pois, mesmo que uma revolução vitoriosa viesse a dar cabo da Igreja, a religião não desapareceria automaticamente com ela, sendo necessário ainda um trabalho massivo de “educação e propaganda” que inscrever-se-ia em registro temporal de longa duração.

Para elucidarmos a nova posição de Neno Vasco sobre o anticlericalismo, chamo mais uma vez a atenção para o fato de que seria impossível apartá-la de sua interlocução com e contra Afonso Costa, “seu outro”. Suas críticas ao ministro da justiça revelam a reviravolta na relação de forças no interior e no exterior do movimento operário português, que tinha no anticlericalismo uma frente de luta comum. Ao reformularem suas táticas, parece que de aliados, anarquistas e republicanos passaram a adversários. Uma imagem introduzida pelo próprio Neno, quando de sua visita a uma manifestação anticlerical em 19 de janeiro de 1911, é, em muitos aspectos, sugestiva para traduzir essa mutação:

Deu caráter à semana, poderia dizer à quinzena, a grandiosa manifestação anticlerical, organizada no domingo último, em Lisboa, Porto, Coimbra e muitos outros centros das províncias pela Associação do Registro (Civil e pela Maçonaria) [...] Assisti à manifestação realizada em Lisboa. Foi a mais imponente que tenho visto aclamadora e entusiasta como um bando de estudantes, tranquila e grave como uma procissão... Iam no cortejo todos os partidos da República e todos os centros políticos, inclusive o centro “Antônio de José de Almeida” com o seu próprio patrono [...] Lá ia também largamente representada a Maçonaria Portuguesa [...] a tenebrosa Carbonária [...] A burguesia endinheirada também se incorporou e não era das menos numerosas [...] No cortejo anticlerical iam ainda alguns delegados de agrupamentos operários, se a maioria faltou não por simpatia a gente sacerdotal, mas, porque julgavam a manifestação fora da sua alçada ou porque não quiseram; sob qualquer outro pretexto, fraternizar com classes que ela reputam irreconciliavelmente inimigas (Idem,p.125-127).

Mas, ao mesmo tempo, revela as reviravoltas sofridas pelo próprio Neno Vasco em seu processo de subjetivação. Aqui estamos muito distantes do jovem estudante de Direito da universidade coimbrã, que acreditava, mesmo tacitamente, que o Estado pudesse intervir e resolver a questão religiosa. Enquanto anarquista, Neno Vasco, continuou engajado com o anticlericalismo, mas, nunca mais o fazia ao lado dos republicanos.

Referências:

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010

CASTRO Gomes, Ângela de. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CATROGA, Fernando. O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865- 1911). *Análise Social*. Lisboa, s/n, 1988.

SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, anarquismo e sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SILVA, Thiago Lemos. *Fragmentos biográficos de um anarquista na Porta da Europa: a escrita cronística como escrita de si em Neno Vasco*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

VASCO, Neno. *Da Porta da Europa*. Lisboa: Biblioteca Libertas, 1913.

_____. O movimento anarquista no Brasil. *A Sementeira*, Lisboa, maio de 1911.